



PT recua de MS contra impeachment, cujo relator era Gilmar Mendes

Poucas horas depois de ter apresentado no Supremo Tribunal Federal um Mandado de Segurança para [tentar suspender processo de impeachment](#) contra a presidente Dilma Rousseff, um grupo de deputados do PT apresentou pedido de desistência da ação.

Os deputados Wadhi Damous (RJ), Paulo Teixeira (SP) e Paulo Pimenta (RS) alegavam que a abertura do processo foi uma manobra de “chantagem explícita” do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Depois que o processo foi distribuído ao ministro Gilmar Mendes, os líderes do partido recuaram.

Damous afirma que a desistência não tem nenhuma relação com a escolha do relator, que fez críticas públicas e célebres contra o PT. “Imaginávamos essa especulação, mas uma eventual decisão desfavorável do ministro Gilmar Mendes no pedido de liminar possibilitaria recursos à 2ª Turma”, afirma o deputado.

“Nós entendemos que a peça estava incompleta depois de uma declaração pesada que o deputado Eduardo Cunha fez contra a presidente da República, que tem conexão com o tema discutido no mandado de segurança.” Ele não estimou novo prazo para apresentar novo processo.

Barganha

Cunha afirmou nesta quinta-feira (3/12) que Dilma “mentiu à nação” depois de ter declarado que jamais aceitaria qualquer barganha contra o funcionamento das instituições democráticas. Segundo ele, a presidente reuniu-se na última quarta-feira (2/12) com um dos principais aliados do peemedebista, o deputado federal André Moura (PSC-SE).

Seria uma tentativa de negociar, na ocasião, apoio do PT ao arquivamento do processo de cassação contra Cunha Conselho de Ética da Câmara, em troca da recriação da CPMF. O ministro-chefe da Casa Civil, Jaques Wagner, afirmou que ele, e não Dilma, foi quem se reuniu com Moura, e jamais houve barganha nas discussões referentes a Cunha.

Clique [aqui](#) para ler o mandado de segurança.

Clique [aqui](#) para ler a petição de desistência.

MS 33.921

Date Created

03/12/2015